

A ESTRUTURAÇÃO DO IDADISMO CONTRA A PESSOA IDOSA

THE STRUCTURE OF THE AGEISM AGAINST OLD PEOPLE

LA ESTRUCTURA DEL EDADISMO EN CONTRA DE LAS PERSONAS MAYORES

Vicente de Paula Faleiros¹

RESUMO

Este artigo aborda o idadismo contra pessoas idosas como estruturação econômica, social, cultural, simbólica e política. Pressupõe-se que os estigmas, preconceitos e discriminações sobre a velhice e o envelhecimento se ancoram tanto nas crenças e representações adquiridas e transmitidas na interação social, como se articulam às relações econômicas e de poder entre classes, gêneros, raças. O enfoque metodológico se fundamenta na hermenêutica da profundidade com revisão integrativa sobre o idadismo. Os resultados mostram que o idadismo corresponde à estruturação da exclusão social das pessoas idosas, embora façam parte da “paisagem” da sociedade que envelhece e tenham um protagonismo diversificado conforme as situações. Em conclusão, o paradoxo do idadismo contra a pessoa idosa é de que a velhice parece um processo normal e ao mesmo tempo aparece como terror, estruturada em relações multidimensionais de exclusão como “lugar fora de lugar”, com elaborações e reelaborações na família e em outras instituições.

Palavras-chave: Idadismo. Pessoas idosas. Velhice. Relações de poder e exclusão.

ABSTRACT

This article approaches the ageism against the elderly as an economic, social, cultural, symbolic and political structure. Presupposes that stigmas prejudices and discriminations about old age are anchored, not only in beliefs and representations acquired and transmitted in social interaction, but also articulated to economic and power relations between classes, genders, races, making prejudices naturalized. The methodological focus is based on the hermeneutics of depth with an integrative review on ageism. The results show that ageism corresponds to a structuring of the social exclusion of the elderly, although they are part of the “landscape” of an aging society and play a different role. In conclusion, the paradox of ageism against the elderly is that old age seems a normal process and, at the same time, appears as terror, structured in multidimensional relationships of exclusion as a “place out of place”, also in the family and in other institutions.

Keywords: Ageism. Old people. Old age. Power relations and exclusion.

RESUMEN

Este artículo presenta el edadismo en contra de las personas mayores en tanto que estructuración económica, social, cultural, simbólica y política. Presume que los estigmas, conceptos y discriminaciones sobre la vejez se anclan tanto en las creencias y representaciones adquiridas y transmitidas como en la interacción social, articulando-se a las relaciones económicas y de poder entre clases, géneros, razas. El enfoque metodológico se fundamenta en la hermenéutica de la profundidad con revisión integrativa sobre el edadismo. Los resultados muestran que el edadismo corresponde a una estructuración de la exclusión social de las personas mayores en la sociedad que envejece. En conclusión, el paradojo del edadismo en contra de las personas mayores muestra que la vejez parece un proceso normal, y al mismo tiempo, aparece como terror, con determinaciones estructuradas en relaciones multidimensionales de exclusión o sea como “lugar fuera de lugar”.

Palabras-clave: Edadismo. Personas mayores. Vejez. Relaciones de exclusion.

¹ Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca – SP (1966), graduação em Serviço Social pela Universidade de Ribeirão Preto (1966), especialização em Planejamento pela UnB e pelo IRFED- Institut de Recherches en Développement (Paris), doutorado (PhD) pela Université de Montreal (1984) e pós-doutorados pela EHESS - Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais- Paris (1991) e Université de Montréal (1996). Especialista em Gerontologia pela SBGG- Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. E-mail: vicentefaleiros@terra.com.br. ORCID: [0000-0002-9540-5355](https://orcid.org/0000-0002-9540-5355)

INTRODUÇÃO

Este artigo trata da questão do idadismo contra as pessoas idosas como estruturação econômica, social, cultural, simbólica e política. Parte-se do pressuposto e transmitidas na interação social, mas também se articulam às relações econômicas e de poder entre classes, gêneros, raças, tornando os preconceitos naturalizados. Trata-se de uma revisão integrativa de reflexões sobre o idadismo apresentada em forma de ensaio crítico. Os resultados mostram que o idadismo corresponde a uma estruturação da exclusão social das pessoas idosas, embora façam parte da “paisagem” da sociedade que envelhece e tenham um protagonismo diversificado conforme as situações.

Em primeiro lugar explicita-se o enfoque da hermenêutica da profundidade, passando-se a uma definição de idadismo contra pessoas idosas. Numa visão de complexidade e totalidade aprofunda-se o tema do idadismo nas relações produtivas, em seguida nas relações culturais e simbólicas e na superestrutura jurídico-política. A politização e a decolonização da velhice se explicitam como ruptura do idadismo, abordando-se em seguida o paradoxo da exclusão das pessoas idosas como “lugar fora de lugar”.

Em de que os estigmas, preconceitos e discriminações sobre a velhice, o envelhecimento e o velho, se ancoram não somente nas crenças e representações adquiridas conclusão, na hermenêutica da profundidade a questão do idadismo pressupõe uma abordagem das representações e atitudes relativas à velhice que se ancoram numa dialética de estrutura e superestrutura de processos e de configuração de lugares de exclusão da velhice.

METODOLOGIA DO ESTUDO

A construção epistemológica desse ensaio crítico e da pesquisa de estudos sobre idadismo pressupõe uma referência à maneira como se desdobra o conhecimento de um tema. Para Fourez (2004), a episteme busca desenvolver o processo do conhecimento de uma temática, ao mesmo tempo integrando perspectivas e confrontando-as. A revisão integrativa elaborada se coloca numa perspectiva crítica relativamente às investigações feitas sobre os conceitos e as representações do idadismo relativo à velhice.

Para interpretar essas referências foi adotada a hermenêutica da profundidade elaborada por Thompson (1995) a partir de uma visão sócio-histórica sobre diferentes níveis de interpretação de um fenômeno ou questão. O documento da OMS- Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021) com vasta bibliografia é o marco de referência que deslança a reflexão

sobre as teorias do idadismo. O objetivo desta análise é o aprofundamento da questão na relação estrutura/superestrutura que condiciona o idadismo.

O referencial interpretativo da hermenêutica da profundidade põe em inter-relação a *doxa* ou opinião comunicativa do cotidiano, o referencial de pesquisas e análises ou reflexões sobre o tema e o desafio do aprofundamento do tema na estrutura econômica sociocultural com ênfase nas co-determinações do idadismo no processo produtivo, no processo simbólico e no processo político. Estas dimensões não estão separadas, mas se destacam como tópicos na lógica do texto.

Na interlocução entre a *doxa*, a opinião do senso comum e a análise conceitual interpretativa do tema, a investigação feita traz à tona expressões de preconceitos da comunicação cotidiana e conceitos sobre idadismo de forma crítica e o *paradoxo* do lugar estrutural da velhice.

CONCEITO DE IDADISMO

Segundo a OMS – Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021), o idadismo concerne às formas como vemos a nós mesmos e o outro, podendo haver um fosso de preconceitos entre uma geração contra a outra. Na prática esses preconceitos têm implicações na desvalorização e na restrição de atitudes e políticas que possam beneficiar crianças, jovens ou mais velhos com oportunidades para a saúde, a longevidade, o bem-estar, bem como para a economia. Identidade e alteridade são socialmente construídas com identificações ancoradas nas relações culturais, de poder, de produção, de políticas. O processo de narrativas sobre a história e os sujeitos históricos não se reduz a *stories* do Instagram, mas se articulam com símbolos, arquétipos, valores, e como será discutido, com lugares de exclusão e inclusão social.

Em relação à velhice, o idadismo segundo Carette (2002, p. 26) “é a obsessão pelo limite da idade”. Representa uma barreira para a realização de atividades, de si mesmo, de oportunidades da vida social que deveriam ser apropriadas por gerações mais jovens. Significa um descarte das pessoas mais velhas do convívio e das possibilidades e também das probabilidades de exercer plenamente ou satisfatoriamente as demandas e exigências de uma vida considerada normal ou pujante, conforme padrões considerados “de excelência” nas expectativas da sociedade de consumo, no trabalho, na sexualidade.

Essa relação entre expectativas e limites é estruturada pelas relações de produtividade e competitividade acentuadas no capitalismo. Desta forma, o descarte da velhice está associado ao desgaste da funcionalidade e proximidade da morte.

As incapacidades ou desgastes são percebidos como decadência e incapacidade para vida. O idadismo configura uma metonímia da incapacitação, como se o desgaste ou redução da funcionalidade ou mesmo da memória fizessem com que alguém se torne incapaz para a vida como um todo ou como se a pessoa toda se tornasse incapaz. O mesmo sucede com o racismo relativo a pessoas de cor negra ou com o capacitismo relativo a pessoas com deficiência. A metonímia do racismo torna o negro representado como incapaz de exercer atividades de pessoas brancas apenas por ser negro. Uma pessoa cega é representada como incapaz de exercer todas as funções de uma pessoa apenas por ser cego, o que é a perda da visão, mas não de todas capacidades. Toma-se a perda de uma parte como se acarretasse a perda do todo.

Esta representação da incapacidade é estruturada pelas condições e estruturante das interações sociais e se manifesta em estereótipos, preconceitos e discriminações. Seguindo formulações clássicas da psicologia social, Pérez-Nebra e Gomes de Jesus (2011) salientam essa distinção de conceitos, também presente no citado relatório da OMS (WHO, 2021).

O estereótipo se refere a uma característica atribuída socialmente a um grupo social podendo ser negativa ou positiva, por exemplo, os cabelos brancos das pessoas idosas. Os preconceitos expressam caracterizações negativas, excludentes com repercussões nas práticas cotidianas de negação da alteridade. A discriminação é uma referência social de exclusão de um grupo social a que atribui um preconceito como segmento social grupo, considerando-se esse grupo inferior em relação a um outro grupo considerado com superioridade ou normalidade reconhecida.

A teoria das representações sociais contribui significativamente para fundamentar a existência do idadismo. Essas representações são valores, crenças e imaginários ancorados na interação social e cultural sedimentada e expressa em símbolos, atitudes e práticas sociais (MOSCOVICI, 2012; JODELET, 2002). Correia (2022) lembra que as representações sociais são construídas na perspectiva de uma teoria da reflexividade dos processos interativos e comunicativos de grupos sociais.

Adotando a teoria das representações sociais o relatório da OMS (WHO, 2021) explicita três perspectivas de fundamentação para o idadismo. A primeira é a teoria do *terror da velhice*, exposta por Boudijemadi (2015), que é proveniente do medo da velhice associado à decadência e à morte representadas pela velhice. A segunda perspectiva é a da *teoria da*

ameaça intergrupala e da teoria do contato intergrupala que destaca a formação da identidade de um grupo social por oposição a outro. Assim a identidade de ser jovem se elabora com a rejeição da velhice identificada com um grupo ao qual não se quer chegar por ser associado à decadência.

Essa interação intergrupala entre jovens também pode contribuir para reduzir a ansiedade do grupo contrapondo-se a pessoas idosas que representariam um estágio da vida não desejado pelos jovens. Em terceiro lugar, o relatório da OMS destaca os estereótipos que são incorporados pelas crenças de que a velhice seja atributo de pessoas inúteis e associada à doença. Essa aprendizagem do preconceito se embute na comunicação cotidiana, inclusive de forma inconsciente ou subliminar quando há referências, piadas, provérbios, mídia que desqualificam a velhice e são incorporadas na percepção da mesma.

Por exemplo, em 2022, vários grupos sociais se mobilizaram contra a classificação proposta pela OMS no CID 11 considerando que velhice é doença, como se fosse, inclusive, um dado científico. Essa mobilização contra essa classificação resultou em mudança de “doença” para “perda de capacidade intrínseca associada à velhice”. A crença de que velhice é doença foi reproduzida até mesmo por um organismo internacional.

Conforme a teoria das representações sociais, o aprendizado de uma crença se processa nas interações e na comunicação de valores, símbolos, imagens consolidadas na cultura de uma sociedade ou grupo em relação a respeito de um determinado objeto. No que diz respeito à velhice Simone de Beauvoir (1990) investigou a diversidade de discriminações existentes em relação a ela em várias culturas. Simmons (1970) também abordou a diversidade de percepções da velhice em culturas tradicionais com maior ou menor exclusão dos velhos.

As atitudes em relação à velhice são formadas por estenótipos positivos e negativos, como pontuados por Luiz (2019) e Neris (2019), inclusive incorporados pelas próprias pessoas idosas que se consideram, contraditoriamente, seja como pessoas satisfeitas e realizadas, seja como pessoas decadentes, fragilizadas, incapazes.

Essas teorias e investigações mostram, numa interpretação das representações da velhice, que o idadismo é uma construção social complexa ancorada nas relações sociais e culturais, podendo se constituir como um terror da morte, uma crença aprendida, ou resultante de interações entre grupos na comparação entre fases da vida.

A busca de interpretação mais profunda tem o foco de analisar os terrores, as crenças e as interações entre estrutura e superestrutura que configuram a exclusão da velhice na profundidade das relações de poder, cultura e produtividade.

Em relação à velhice é necessário desvelar a estruturação de uma supremacia da competitividade atribuída aos mais jovens e à supremacia do corpo jovem como adequado ao consumo dos modelos da beleza supervalorizada. Goldenberg (2015) desenvolve a ideia de que no Brasil o corpo é um capital, valorizado ao aparecer como sexy, jovem, magro, em boa forma, caracterizado como superior. Segundo a autora, para a mulher, o corpo é um capital no mercado de casamento, no mercado sexual e no mercado profissional. O corpo velho não aparece como atraente e desejado, evidenciando-se como desgastado pelo trabalho, pela faina diária, pela fragilização.

Com efeito, o desgaste ou declínio do corpo é uma questão multidimensional e complexa, proveniente da história social e individual, da provisão ou falta de políticas públicas, do trabalho, bem com o do comportamento social e individual, por sua vez condicionado por determinações de classe, de gênero, de raça. Por exemplo os corpos de uma mulher idosa no papel de juíza e o de uma trabalhadora doméstica, expressam a história social de cada uma e lugar na sociedade. No item seguinte, aprofundam-se as reflexões sobre as determinações de classe, gênero e raça na configuração do idadismo.

AS DETERMINAÇÕES DO IDADISMO PELA COMPETITIVIDADE, PELA DESIGUALDADE E PELA RAÇA

O relatório da OMS (WHO, 2021) salienta a interseccionalidade entre idadismo, sexismo, racismo como formas de discriminação e preconceito. É fundamental considerar a interseccionalidade entre idadismo e racismo articulada ao machismo, pois a discriminação por idade se agrava quando se refere à mulher idosa negra, interagindo-se as três dimensões: velhice, negritude e gênero. Nesse aspecto as discriminações se acentuam pela diversidade de opções de gênero.

Para aprofundar a interseccionalidade é necessário considerar a fundamentação do idadismo nas relações desiguais entre produção na estrutura socioeconômica e a dominação de classes sociais. Mészáros (2011), na ótica marxista, salienta a relação entre a estrutura e as formas de consciência, na dialética entre a estrutura, superestrutura e história. A estrutura da produção não é uma determinação exclusiva e absoluta que tudo explicaria. Há uma dialética entre sujeito e história que articula a ação do sujeito nas condições de interação existentes num contexto determinado. A estrutura do capitalismo pressupõe uma desigualdade entre quem trabalha e quem se apropria do trabalho de forma interdependente.

As justificativas ideológicas para a exploração do trabalho são manipuladas e propagadas para se obter o consenso, a adesão e o convencimento dos lugares em que se

produz a riqueza. O idadismo configura, nessa dialética, uma ideologia que justifica o papel de supremacia exercido por jovens e velhos. No escravagismo as formas de exploração do trabalho fundavam-se numa visão de que os escravizados deveriam se submeter ao trabalho em troca de comida e alojamento precário na Senzala. A justificativa era de que nem eram pessoas humanas com alma, mas objetos.

O jesuíta Padre Antônio Vieira (2011, p.182) no Sermão Décimo Quarto do Rosário, proferido na Bahia para Irmandade dos Pretos, em 1633, admite que os pretos “fazem humilde figura no mundo e na estimação dos homens”, mas são filhos da Mãe de Deus e do próprio Deus. Estão em último lugar dentre os filhos de Deus, “porque este é o lugar que lhes dá o mundo”. A justificativa da escravidão está na aceitação do lugar estabelecido no mundo, como se fosse um lugar estabelecido por Deus. O mundo dos homens seria a vontade de Deus. Os velhos escravizados foram libertos conforme a lei Saraiva Cotegipe de 1881, chamada de Lei dos Sexagenários, porque já havia pressão para libertação de escravos e sua mão de obra não correspondia à produtividade exigida. A medida parecia humanização, mas atendia aos interesses políticos e econômicos do sistema escravagista.

O trabalhador aposentado no capitalismo industrial é excluído do trabalho pela sua idade considerada menos produtiva e menos competitiva em função da lucratividade. Trabalhadores e trabalhadoras negras vivem um envelhecimento precoce nas condições de exploração, inclusive pelas remunerações inferiores aos brancos., o que se torna muito mais explícito no caso das domésticas negras que continuam trabalhando mesmo idosas.

A exclusão de pessoas idosas da esfera da produção por razões da idade convém ao capitalismo na lógica da produtividade e da competitividade. O ciclo econômico da vida estabelecido na estrutura produtiva considera a infância como idade da formação, a juventude e a vida adulta como fases do trabalho produtivo e do estabelecimento da família e a velhice como a fase da exclusão do trabalho para se recolher com a família nos recônditos de “aposentos” e da invisibilidade. Desta forma, considera-se normal que os velhos sejam designados aposentados, como improdutivos ou inativos. Daí advém representação de que sejam um peso para os mais jovens que aparecem como sendo os que sustentam a sociedade. Os velhos são vistos como chupins ou sanguessugas do trabalho dos jovens.

A remuneração dos aposentados é estabelecida em valores inferiores à remuneração das pessoas ativas. No Brasil há pressão do mercado capitalista para desvincular as aposentadorias do salário mínimo, o que foi reforçado pela proposta de Paulo Guedes já nos estertores do governo Bolsonaro em 2022.

Economistas liberais consideram que as pessoas idosas são bem aquinhoadas economicamente e avaliadas moralmente como usufruidoras indevidas de uma renda obtida fora do trabalho direto. Na verdade, usufruem de um salário indireto obtido ao longo da vida, disponível em um fundo público ou privado.

Entidades internacionais, como a UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas (2014, p.13), distinguem o bônus demográfico do ônus demográfico. Para esses economistas liberais é importante considerar o número de pessoas ocupadas em relação aos inativos. Segundo a UNFPA “O bônus demográfico é o potencial de crescimento econômico que pode resultar de mudanças na estrutura etária da população, principalmente quando a proporção da população em idade ativa, 15 a 64 anos, é maior do que a parcela da população fora da idade ativa, menores de 14 ou maiores de 65 anos”. Ou seja, as pessoas idosas são consideradas ônus porque não estão na idade em que a estrutura econômica as considera “ativas”. Essa dicotomização entre bônus e ônus coloca as pessoas idosas como um peso na economia e na sociedade. Há cada vez mais questionamentos sobre as distinções entre ônus e bônus demográfico numa visão crítica (CRUZ ROBAZZI et al, 2022).

O capitalismo competitivo estrutura lugares de inclusão e de exclusão conforme a eficiência e a eficácia determinada pela produtividade e pela competitividade. Pessoas idosas e pessoas com deficiência não seriam adequadas a esse processo. Até mesmo nas políticas públicas evidencia-se o capacitismo que considera as pessoas com deficiência como obstáculo ao ritmo da produção ou da aprendizagem. O ex-ministro da educação de Bolsonaro, Milton Ribeiro, em 9 de agosto de 2021 (PODER360) expressou que: a criança com deficiência atrapalhava o processo educativo. O idadismo assume o preconceito de que pessoas idosas atrapalham a vida diária e a produção com mais lentidão ou demora em certos processos. A estrutura da produtividade competitiva padroniza os ritmos como foi normatizado pela estratégia taylorista.

A estrutura competitiva de exclusão dos mais velhos se articula com as determinações culturais e simbólicas, objeto de aprofundamento no item seguinte.

AS DETERMINAÇÕES CULTURAIS E SIMBÓLICAS DO IDADISMO

A estruturação do idadismo pelas crenças, pelas imagens, pelos símbolos e pelos valores se estrutura articuladamente ao processo produtivo e de desigualdade. Trata-se de relação de construção da exclusão pela transmissão de estereótipos, preconceitos e discriminações no conflito entre grupos sociais, como foi mencionado acima e também vem referenciado no relatório da OMS (WHO, 2021).

A estrutura da transmissão das crenças se processa tanto nas relações intergeracionais como na comunicação dominante que se difunde como sendo naturalizada, considerada estável e profunda ancorada conforme a expressão “sempre foi assim”.

A cultura estabelece significados e significantes nas interações e validações comunicativas nas narrativas em relação a valores, símbolos, representações, constituindo o discurso que nos denomina e que se supõe produzir a verdade (Foucault,1999). Meios de comunicação de massa e produtos culturais disponibilizam imagens e crenças sobre pessoas idosas. Por exemplo, símbolo de estacionamento para idosos era o de uma pessoa com bengala, felizmente mudado para 60+.

As imagens que expressam os preconceitos se representam como explicações simplificadas de fatos complexos, formando-se uma heurística que facilita processar informações diversas e com presença de esquemas simplificadores. A significação da velhice é simplificada em expressões como “todo velho é atrasado”, confundindo-se a palavra velho para objetos e para pessoas, com o significado de imprestável, ou seja, para ser jogado fora, como objeto deteriorado que vai para o lixo. Na sociedade capitalista da aceleração da informação e da mudança tecnológica da descartabilidade configura “a vida líquida” na expressão de Bauman (2007). Passa a ser *urgente* fazer *upgrade* a cada instante nos dispositivos de comunicação e na interação. O protagonismo experimentado por experiências de vida não tem valor significativo na aparência de uma exigência simbólica de consumo. A experiência dos mais velhos não acompanharia ao *upgrade* de última geração.

Nessa interação comunicativa é que aprendemos a falar de nós e do mundo no dia a dia. Os discursos, as narrativas sobre a velhice e a sociedade bem como as experimentações da tecnologia formam as referências sociais com as quais nos comunicamos e também como contamos piadas e histórias, com vieses inconscientes ou não, que traduzem ações excludentes ou inclusivas.

Pessoas idosas que foram hippies e conviveram com a contracultura na conjuntura atual estão se tornando protagonistas na sociedade, em oposição àquelas que somente moraram na zona rural. A chamada *revolução dos idosos* (SCHIRRMACHER, 2005), com o aumento da longevidade, propiciou mais visibilidade para as pessoas idosas e inserção na esfera da cultura e da participação. Os preconceitos vão sendo questionados, ao mesmo tempo que emergem simbologias que opõem e agregam gerações. A música de artistas idosos como Leonard Cohen tornam-se sucessos entre jovens.

A imagem da decrepitude da velhice ainda circula nas redes sociais da internet expressa em frases, como: “na cama não tenho limites, esta noite caí duas vezes”; “como é bom passar

dos 50 e perceber que seu corpo ainda é desejado: obrigado pernilongo”; “chegamos *naquela idade* que não precisamos ficar mais *sarados*. Se ficarmos *curados* já estamos no lucro”; “o bom de passar dos 50 é que você não precisa de drogas ou bebidas para ficar tonto, é só levantar rápido”; “antigamente meu creme de corpo chama-se *Nívea*, hoje chama-se *Cataflangel*”; “gente, surtei...fiz um escondidinho para comer e agora não tô achando, vou fazer um pavê...pavê se eu acho”; “vantagens do idoso: com a idade adquirida, ficamos mais hábeis, conseguimos rir, tossir, espirrar e mijar, tudo ao mesmo tempo”; “indícios da velhice: quero sandália confortável, evito lugar cheio, prefiro tempo nublado, sair só se tiver lugar para sentar”; “envelhecer é uma merda! Quando você acha que já sabe tudo, aí começa a esquecer.” O Instituto Longevida (2022) menciona expressões de idadismo no cotidiano em um glossário bem extenso.

Nessas frases estão articulados humor e terror das incapacidades. Incapacidade física, de libido, e principalmente incapacidade cognitiva, com o estigma de “gagá”, ao confundir as coisas, esquecer e também de ficar retirado, usando sandálias em tempo nublado. Tornar risível a incapacidade dos velhos é uma das formas sutis de idadismo, construindo estigmas que se traduzem em discriminação. Trata-se da estrutura simbólica da decrepitude.

O terror da velhice se expressa nas imagens da decrepitude, da decadência, da deterioração, da incapacidade. A própria geriatria emergiu ao assinalar os famosos “is” que caracterizam a velhice segundo “grandes síndromes geriátricas” (Moraes, 2008): incapacidade cognitiva, instabilidade postural, imobilidade, incontinência urinária, incontinência fecal, iatrogenia, acrescidas de incapacidade comunicativa e insuficiência familiar. Ou seja, a velhice é caracterizada pela incapacidade, conceitos elaborados a partir de uma visão de “normalidade” que seria a de viver em plena capacidade e funcionalidade, enfim sem os “defeitos” da velhice.

A própria OMS propôs no CID 11 que a velhice fosse considerada uma doença. Esta proposição provocou reações e debates, principalmente na América Latina, que pressionaram a OMS a reconsiderar sua proposta, definindo a classificação como incapacidade intrínseca atribuída à velhice.

Articulada às representações simbólicas dos estereótipos negativos sobre a velhice, a autodesqualificação é incorporada pelas pessoas idosas na sua visão de si mesma. Essa carga cultural faz com que as pessoas mais velhas adotem o discurso desqualificador, inclusive servindo para o obnubilarem ou mitigar problemas de relacionamento ou de saúde, por exemplo: “ah, eu estou velho, já não penso direito”, “não dou conta” (LUIZ, 2019). O medo de envelhecer, associado ao terror da velhice e da morte também traz depressão e angústia. A finitude da vida

coloca em questão a fragilização e os desafios do cuidado com perguntas sobre as mudanças na identidade e na identificação de si mesmo no contexto em que se vive. Numa sociedade tecnológica e de mudança demográfica para uma família mais reduzida, como a do Século XXI, os desafios do envelhecimento são diferentes dos de uma sociedade rural de controle do tempo e do espaço e com família numerosa.

A relação entre o *chronos*, o tempo de vida e o *kairós*, a subjetividade vivida no tempo implica um processo dialético entre o desejo e a vivência e nas condições de existência com experiências singulares diferentes do envelhecer, com maior ou menor autodepreciação/protagonismo.

A cultura ancora o processo de aprendizagem dos significados da vida. Como menciona o relatório da OMS (WHO, 2021) as crenças sobre a velhice são aprendidas desde a infância e os estereótipos também são reforçados negativa ou positivamente no ambiente escolar, social, midiático e de interações interpessoais. Os mitos ancestrais sobre a velhice muitas vezes são transmitidos como reprodução repetitiva. Como exemplo pode-se citar o enigma da esfinge com a pergunta sobre o animal que tem quatro patas pela manhã, duas pela tarde e três à noite. A velhice é representada com a bengala de suporte, isto é, como decadência. A cultura da decadência na velhice contribui para o idadismo e está associada à estrutura econômica, mencionada no item anterior. A seguir desdobra-se a reflexão da complexidade do idadismo na sua relação com a superestrutura política.

DETERMINAÇÕES DA SUPERESTRUTURA POLÍTICA

Conforme a hermenêutica da profundidade consideramos também a determinação da estrutura legal e política como uma possível condição para o idadismo. O relatório da OMS (WHO, 2021) pontua que a legislação é um dos fatores importantes para combater o idadismo à medida em que pune a discriminação e promove a prevenção, as campanhas e um sistema de denúncias de violações ao respeito e à dignidade da pessoa idosa.

No entanto, há uma estruturação de acesso a direitos e benefícios conforme a idade e também um processo de exclusão explícito ou implícito nos ciclos de aprendizagem e de descarte de pessoas idosas.

Na esfera do poder governamental é recente a existência de setores encarregados da formulação e da gestão de políticas para a pessoa idosa. O Estatuto dos Direitos da Pessoa Idosa prevê a existência de Conselhos e Conferências, mas a gestão governamental não prioriza um lugar de decisão e orçamento para esse público. Na Pandemia de covid 19 houve

descaso de vacinação, chegando Solange Vieira, assessora do Ministro da Economia a afirmar em março de 2020 que a morte de pessoas idosas aliviaria o déficit da Previdência (REVISTA FÓRUM, 2020). É a explicitação da necropolítica do então governo Bolsonaro.

Os Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa, previstos no Estatuto, não contam com a devida promoção. As ações políticas e o lugar da política para a pessoa idosa no organograma dos governos não tem a mesma visibilidade e importância que a de outros segmentos. É uma estruturação relegatória, postergatória de efetivação de direitos.

A idade das aposentadorias, definida em lei, embute as desigualdades de renda e de trabalho. A configuração das aposentadorias pelo Estado está condicionada à desigualdade socioeconômica, favorecendo a discriminação social por renda e contribuição. O acesso à aposentadoria é mais difícil para quem trabalha de forma subalternizada e em áreas socialmente desqualificadas. As aposentadorias de um militar, de um político e de um juiz são estruturadas com critérios privilegiados em relação às demais. A condição de invalidez para os mais pobres é mais difícil de ser comprovada, principalmente para frequentadores idosos de rua acidentados.

No ciclo de aprendizagem escolar a inclusão de pessoas idosas possui barreiras que são difíceis de transpor. No Brasil, podem continuar estudos num sistema precário denominado de EJA – Educação de Jovens e Adultos cujo acesso e atendimento possuem características inadequadas e até mesmo discriminatórias para pessoas idosas (CACHIONI;TODARO, 2016).

Na estrutura do poder familiar está previsto pela lei a preeminência de pais sobre filhos quando crianças, mas a autonomia das pessoas idosas diante de filhos jovens sofre pressões que as sociedades e as legislações ainda não conseguem eliminar. A violência intergeracional se manifesta principalmente com a ocorrência de negligência, incidente em 70% das ocorrências registradas (MMFDH, 2019).

O Estatuto da Pessoa Idosa, lei nº 10.741, estabelece que ela goza dos direitos fundamentais (artigo 2.º), assinalando que no artigo 4.º que “nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade, opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”. No entanto, a violência não tem um combate efetivo na política de forma preventiva e educativa, com o Estado omissivo na garantia das condições de vida e na redução das desigualdades. Na estrutura capitalista há o paradoxo de declaração da igualdade e, ao mesmo tempo, a manutenção da desigualdade de renda, propriedade, acesso aos serviços públicos e à justiça. O Estado capitalista faz com que as discriminações tenham abordagens e enfrentamentos desiguais. Uma pessoa idosa favelada não tem a mesma condição de denúncia e de acesso à justiça que uma pessoa da

classe dominante. Mesmo que o Código Penal estabeleça o agravo da pena quando a vítima é idosa (artigo 61) e circunstâncias atenuantes para agentes septuagenários, a efetividade dessas medidas não se aplica igualmente na política penal.

Há uma estrutura urbana agressiva para com pessoas idosas, sem calçadas adequadas, sem faixas de pedestres, sem sinalizações para educar os passantes que atacam verbalmente os que têm um ritmo mais lento em razão da idade.

A classificação dos funcionários e trabalhadores na legislação previdenciária em ativos e inativos embute um viés discriminatório para com os aposentados que estão no gozo de um direito adquirido ao longo da vida.

As políticas de direitos das pessoas estão sendo questionadas tanto pelas proposituras de paradigma clientelista que retorna os discursos de compaixão e propostas de cunho filantrópico para os “velhinhos e velhinhas coitadinhos” como por propostas de legislação com vieses discriminatórios para reversão da política de direitos voltadas ao paternalismo legitimador do poder dominante focado em auxílios, esmolas, doações de brindes como cadeiras de rodas, “creches” ou famílias “crecheiras” para idosos.

A política de exclusão e de isolamento das pessoas idosas em asilos, em “residências geriátricas” é um paradigma que reforça uma estrutura de confinamento da velhice que precisa ser politizado, discutido, indigitando-se seu viés discriminatório e revertendo-o para uma visão da inclusão da diversidade de idades em todos os espaços e ambientes, urbanos, rurais, institucionais.

A política de acessibilidade e de mobilidade urbanas precisa embutir o combate ao idadismo não somente com um urbanismo inclusivo no conjunto, mas com a particularidade de adequar rampas, escadas, corrimãos, estacionamentos, semáforos temporizados, faixas de pedestre e calçadas às pessoas com dificuldades e deficiências. A legislação habitacional precisa normatizar e fiscalizar projetos que facilitem tanto a locomoção como o contato com parentes, amigos, vizinhos e porteiros.

A análise da hermenêutica da profundidade elaborada nos parágrafos anteriores pressupõe também discussão em profundidade do enfrentamento do idadismo estruturado. Para isso, considera-se a necessidade de decolonização e de politização do envelhecimento.

O ENFRENTAMENTO DO IDADISMO: DECOLONIZAÇÃO E POLITIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO

A estruturação em idades condicionadas pela economia, pela cultura, pela política e pelas instituições implica formas dominantes de discriminação e de controle sociopolítico dos

ciclos da vida. A decolonização expressa uma visão crítica e de ruptura às narrativas dominadoras e discriminatórias de vários segmentos sociais. A decolonização da discriminação das pessoas idosas busca, em primeiro lugar, reverter as narrativas de sua inferiorização e exclusão pela estruturação competitiva, simbólica e política. Essa estruturação se manifesta em representações e atitudes na construção de uma sociedade inclusiva.

A sociedade da inclusão se processa pela eliminação das barreiras e impedimentos para os mais velhos na economia, na cultura, na legislação como sujeitos de direitos e protagonistas de cidadania e de autonomia, com o poder de influir no destino da cidade, do país, da família, de si mesmo. O poder das pessoas idosas tem configurações sociais e pessoais heterogêneas nos contextos históricos das sociedades humanas.

As atitudes de respeito e valorização para com as pessoas idosas pressupõem uma dinâmica de reconhecimento e de reciprocidade. Isso significa romper com a indiferença relativa ao envelhecimento, ao mesmo tempo criticando a sociedade excludente da velhice e também promovendo o protagonismo das pessoas idosas.

A decolonização da narrativa sobre a velhice pressupõe considerar o envelhecimento como uma conquista humana histórica e um direito à convivência digna entre todas as idades com condições de desenvolvimento ao longo da vida, com cidadania e inclusão social. A velhice configura um grupo etário com direito ao desenvolvimento social e pessoal nas condições historicamente dadas. Estabelecer que velhice é o final da vida denota idadismo por desconsiderar a contribuição cultural, social e econômica passada e atualizada das pessoas idosas.

No capitalismo do mercado globalizado valoriza-se a competitividade individual e a produtividade a qualquer custo com o objetivo de realizar as metas de sucesso sobre os concorrentes para aumento da lucratividade. Pessoas idosas são consideradas sem condições de competitividade e de produtividade, fora do padrão normativo do capitalismo competitivo.

As representações do corpo na cultura do consumo mostram o velho como decadente, considerando-se o corpo jovem, saudável, exuberante como vendável e apreciável. O corpo envelhecido já pode aparecer aceitável desde que projetado por expressões de sucesso profissional e político como nos artistas famosos.

Quando idosos cometem alguns atos falhos, os mesmos são atribuídos à idade e não ao cansaço ou distração, como aconteceu com o presidente Joe Biden ao fazer um gesto de saudação a uma pessoa que no momento estava ausente do seu entorno. As atribuições de causalidade de uma ação variam conforme a representação da idade. As representações de falhas são construídas com as expectativas de relação entre juventude e velhice na sociedade

e nas relações familiares. Os argumentos dos mais velhos são muitas vezes descartados porque são mais velhos, por exemplo, na compra de objetos para a casa ou mesmo de um automóvel.

A politização e a decolonização das narrativas sobre velhice implicam o diálogo opinativo, argumentativo e de controvérsia amigável sobre as divergências que não podem ser classificadas por “razão da idade”, mas de conteúdos, expressas por qualquer pessoa, criança ou velho. As crianças têm seus argumentos e sabem explicar seus pontos de vista a partir de suas referências. As pessoas idosas têm suas referências para emitir seus argumentos, sejam do senso comum, sejam da religião ou da informação, da experiência e da ciência.

É fundamental colocar-se no lugar do outro numa interação recíproca inclusive entre jovens e pessoas idosas. A comunicação interativa anti-idadista pressupõe um reconhecimento (RICOUER, 2006) e a admissão da dissimetria entre protagonistas da troca. Reconhecimento e respeito, por sua vez, pressupõem a comunicação e a interação de trocas mútuas, um dar e receber na diferença e no conflito. A manifestação de posições e contraposições entre “velhos” e “jovens” oferecem a possibilidade de trocas de abordagens e de olhares para ressignificar fenômenos, informar experimentações e experiências de vida em contextos históricos complexos, mesmo com a conotação de que “no meu tempo, as coisas não eram ou não são assim”. Para o reconhecimento exige-se o pressuposto da tolerância, para o qual a arte pode muito contribuir. Os preconceitos de ordem racial, de gênero ou de idadismo são, muitas vezes, sutis. Rodas de conversa com pessoas idosas podem alertá-las para essas formas de discriminação presentes em anúncios, piadas, imagens, gozações.

Cada geração olha a velhice de forma diferente, com seus instrumentos e suas crenças mesclados. As paixões políticas e as *Fake News* envolvem conflitos geracionais, fazendo com que o obscurantismo ou o liberalismo pareçam o “novo”. A ideologia está presente como defesa de interesses de classes e de dominação.

A troca intergeracional ressignifica o terror da velhice já mencionado (BOUDIJEMADI ET AL., 2015) ao explicitar que a velhice somente chega para quem pode viver mais tempo. Morrer jovem não é a aspiração comum da humanidade.

No item seguinte, elabora-se uma síntese do processo de exclusão complexo, histórico e estrutural e descrevem-se as portas de denúncia para seu enfrentamento.

LUGARES DE EXCLUSÃO E DE DENÚNCIA

Na hermenêutica da profundidade busca-se uma análise estrutural da exclusão, considerando as relações de poder, simbólicas, econômicas, legais, de forma articulada. Stoer et al. (2004) mostram os *lugares de exclusão* nos dispositivos de diferenciação pedagógica. Em relação à velhice, os lugares de sua exclusão e a negação da inclusão configuram um entremeado complexo na totalidade das relações determinantes da vida social.

A expressão mais característica do lugar de exclusão das pessoas idosas é a que afirma que “os velhos devem dar seu lugar aos jovens”, ou seja, é expressão de um deslocamento e de um descolamento da pessoa idosa para o “fora de lugar”. Os postos de direção, os empregos, a produção, o poder, o prazer não deveriam ser ocupados pelos velhos e sim por jovens. É comum os políticos afirmarem em seus discursos: “temos que dar lugar aos jovens”.

A velhice se estrutura como lugar de perdas, de decadência, de falta de função social. O lugar da mulher na reprodução da prole foi dominante na representação da função da mulher na sociedade como reprodutora da espécie e cuidadora de crianças. É uma representação impregnada de machismo e de patriarcalismo, tendo sido questionada pelo feminismo. O lugar da mulher idosa foi construído com a significação de não ser mais capaz de reproduzir.

A exclusão do idoso do lugar à mesa, da decisão de sair junto com a família para turismo, de usufruir de um programa de TV, são expressões da estrutura do idadismo nas relações de poder familiar como forma de exclusão dos mais velhos da decisão.

Essa estruturação de lugares de exclusão/inclusão se expressa em preconceitos e discriminações à qual se opõe uma política inclusiva. Pressupõe o combate às intolerâncias como a religiosa, a racial, a pessoas lésbicas, gays, bissexuais.

As metonímias, para retomar o que foi inicialmente mencionado, tomam a parte pelo todo. Uma perda de funcionalidade das pessoas idosas torna-se uma generalização para a pessoa como o todo e também para todo o segmento idoso. Por exemplo, um esquecimento de uma chave é aceito como normal para um adolescente, mas é atribuído à velhice quando acontece com pessoas idosas. Além disso, todas as pessoas idosas passam a ser classificadas com memória fraca. Essas generalizações como a de que “todo velho é gagá” precisam ser desconstruídas com o olhar crítico da relação entre a pessoa particular e heterogeneidade do envelhecimento. O fato de várias pessoas idosas esquecerem algo não significa que todas as pessoas idosas perdem a memória.

O reconhecimento da diferença precisa romper a indiferença. Nesse sentido, não só olhar e dialogar para reconhecer a particularidade e a singularidade do envelhecimento como denunciar as agressões sofridas pelo não reconhecimento.

A denúncia das agressões é uma forma de ruptura da indiferença, que não só previne as manifestações de idadismo como reage às mesmas. A denúncia da agressão não elimina a necessidade de diálogo, e por isso mesmo, precisa ser conversada com a pessoa vitimizada, levando em conta a opinião e a decisão da pessoa idosa que esteja em condições de expressá-la.

A denúncia tem várias portas de entrada como numa queixa na Polícia, no Ministério Público, no Disque 100, nos Postos de Saúde ou no Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa. É preciso ponderar que a denúncia traz consequências para o agressor, e muitas vezes para a relação com a pessoa idosa. As alternativas de enfrentamento das agressões necessitam de uma rede diversificada de proteção, como equipamentos de convivência e de acolhida.

A mediação de conflitos precisa ser consolidada para abrir possibilidades de proteção, além da punição do agressor e da institucionalização da pessoa idosa. O importante é que a agressão idadista seja explicitada e sancionada. A Lei 7.716/89 pune todo tipo de discriminação ou preconceito por raça ou cor, mas pode abranger também a idade. A mediação de conflitos pode ser também não judicial, com um diálogo aberto e a presença de uma pessoa mediadora que faça com que o agressor tome consciência do seu ato relativo a uma ofensa feita.

Paradoxalmente, o lugar da exclusão da pessoa idosa como “fora de lugar” na produção, na comunicação, nas relações institucionais, na família vem sendo questionada pelo aumento da longevidade e também pela necessidade de cooperação entre gerações. O aumento significativo da proporção de pessoas idosas passa a ter visibilidade na sociedade, na cultura, na política, podendo gerar a pressão para construção de lugares intergeracionais compartilhados, e ao mesmo tempo, expressão de conflitos que precisam ser debatidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da hermenêutica da profundidade, o artigo buscou evidenciar as diferentes camadas de expressão do idadismo contra a pessoa idosa. O relatório da OMS (WHO, 2021) coloca o idadismo como forma de crença aprendida na cultura e como expressão das interações sociais que se constroem no confronto entre gerações com a valorização da juventude e o terror da velhice. Com efeito, o terror da velhice opõe simbolicamente o prazer, a beleza, o vigor a uma representação de incapacidade, feiura, decadência, perda de

funcionalidade e capacidade cognitiva atribuída à velhice. O aprofundamento dessas representações negativas da velhice desvenda uma estrutura de exclusão, de ocupação de lugares excludentes entre jovens e velhos na produção, na superestrutura jurídico-política e na sociedade.

A estruturação do idadismo articula as dimensões culturais, sociais, relacionais, institucionais e familiares da configuração de poder e de ocupações como lugares que são irreconhecíveis para quem envelhece. Todo um complexo econômico, cultural, político e social estrutura lugares para quem envelhece que inferiorizam e desqualificam a idade mais velha. Ao mesmo tempo, a idade parece desqualificar esses lugares estruturantes dos ciclos da vida. Escola, trabalho, aposentadoria não têm o mesmo peso na ordenação da sociedade. Aposentadoria é vista como peso, enquanto que escola e trabalho são contribuições ativas. A necropolítica para pessoas idosas foi explicitada por governantes na pandemia de covid-19, mas está implícita nas esferas mais profundas da organização social.

Para acessar essas esferas mais profundas, buscou-se a hermenêutica da profundidade com o objetivo também de desconstrução, decolonização e politização da compreensão dos lugares da velhice. As narrativas com que se constrói a velhice fazem com que se reproduzam esses lugares. Decolonizar pressupõe, ao mesmo tempo, a crítica dos lugares da velhice e a promoção de alternativas de protagonismo para as pessoas idosas como sujeitos de direito, sujeitos de contribuição social e sujeitos de prazer.

A protagonização da pessoa idosa, nas interações intergeracionais é permeada de interesses divergentes, ou seja, paradoxalmente uma *cooperação conflituosa* com indissociabilidade e interdependência entre as idades da vida.

O idadismo parece normal, mas não é normal aceitá-lo. Nessa linha de ação é preciso estarmos alertas para uma sociedade inclusiva e de ruptura com as barreiras estruturadas de exclusão. A ação política exige intervenção que avance além da legislação de direitos e de combate ao idadismo. Nessa perspectiva, a educação para a tolerância social da diversidade é uma forma de aprendizagem da cultura do reconhecimento da velhice como desenvolvimento humano, e não como vida descartável.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BGE. **Indicadores Sociais: uma análise da década de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

BOUDIEMADI, Valérien; POSNER, Alexandra B.; SWIQTOWSKI, Wojciech. Une approche explicative de l'âgisme: la théorie de la gestion de la terreur In LAGACÉ, Martine (org). **Représentations et discours sur le vieillissement**. Québec: PUL, 2015, p. 7 – 36.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.

CACHIONI, Meire; TODARO, Mônica de Ávila. Política educacional do idosos: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia e GIACOMIN, Karla Cristina. **Política Nacional do Idoso – Velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 175-198.

CARETTE, Jean. **Droit D` Aînesse**. Montreal: Boréal, 2002.

CRUZ ROBAZZI, Maria Lucia do Carmo et al. O envelhecer contemporâneo: ônus ou bônus? A questão da “melhor idade”. **Revista Ibero-Americana de Saúde e Envelhecimento**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 141-157, ago. 2022. ISSN 2183-6663. Disponível em: <http://www.revistas.uevora.pt/index.php/saude_envelhecimento/article/view/539>. Acesso em: 15 Dez. 2022. doi: [http://dx.doi.org/10.24902/r.riase.2022.8\(1\).539.141-157](http://dx.doi.org/10.24902/r.riase.2022.8(1).539.141-157).

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

FOUREZ, Gérard. **Apprivoiser l'épistémologie**. Bruxelas: De Boeck & Larcier, 2004.

GOLDENBERG, Mirian. **Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

INSTITUTO LONGEVIDA. **Glossário do Idadismo**. São Paulo: Instituto Longevida, 2022. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/glossario-coletivo-de-enfrentamento-ao-idadismo-chega-a-2a-edicao/>

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

LUIZ, Karine Kátia Iria. **O envelhecimento e a velhice sob o olhar da pessoa idosa: proposição de uma escala de atitudes e suas interrelações**. Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de Doctor Scientiae, 2019. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/27275/1/texto%20completo.pdf>

MESZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – MMFDH. **Disque Direitos Humanos**. Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf

MORAES, Edgar Nunes de. **Princípios básicos de geriatria e gerontologia**. Belo Horizonte: Coopmed, 2008

MOSCOVICI, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

NERIS, Marco Antonio da Luz; FALEIROS, V.P. Representações sociais da velhice por parte de jovens e adultos no contexto familiar. In MISSIAS-MOREIRA, Ramon; DE FREITAS, V.L.C; COLLARES-DA-ROCHA, J.C.C. **Representações sociais na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2019, p. 139-154.

OMS. **Relatório Mundial sobre Idadismo – Resumo Executivo**. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/54599/9789275724309_por.pdf?sequence=1&isAllowed=

PÉREZ-NEBRA, Amália Raquel; GOMES DE JESUS, Jaqueline. Preconceito, estereótipo e discriminação. In TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo (orgs). **Psicologia social – principais temas e vertentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 219 – 237.

PODER360. **Notícias, 24 agosto de 2021**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/educacao/nao-queremos-inclusivismo-diz-milton-ribeiro-sobre-criancas-com-deficiencia/>.

REVISTA FORUM. **Política- 26/5/2020**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2020/5/26/coronavirus-assessora-de-guedes-enxergava-morte-de-idosos-como-positiva-para-reduzir-deficit-previdenciario-75818.html>.

RICOUER, Paul. **Percursos do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006

SCHIRRMACHER, Frank. **A revolução dos idosos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SIMMONS, Leo W. **The role of the aged on primitive society**. Nova Iorque: Archon Books, 1970.

STOER, S. R., MAGALHÃES, A. M.; RODRIGUES, D. **Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

UNFPA. **Situação da População Mundial 2014**. Disponível em <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2014.pdf>.

VIEIRA, Padre Antônio. **Essencial Padre Antônio Vieira**. Organização de Alfredo Bosi. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 2011.

WHO - World Health Organization, **Global report on ageism**. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240016866>